COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 698, DE 2022

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para tratar da cooperação interfederativa nas ações de gerenciamento de riscos e de desastres, bem como regra para transferência dos recursos do Funcap.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivos da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para tratar da cooperação interfederativa nas ações de gerenciamento de riscos e de desastres, bem como regra para transferência dos recursos do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).

Art. 2º A Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigorar acrescida do art. 1º-B:

"Art. 1º-B Os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, nos termos da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2010, poderão atuar em regime de colaboração e cooperação interfederativa, para a execução de ações prevenção, resposta e recuperação de áreas atingidas por desastres, sua fiscalização e acompanhamento, bem como prestação de contas dos recursos transferidos na forma desta Lei.

Parágrafo único. A cooperação interfederativa poderá se dar, entre outros, por meio dos seguintes mecanismos:

- I contratação de consórcios públicos;
- II instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica; e
- III adoção de conselhos com a participação de representantes dos estados, Distrito Federal, município e da sociedade civil." (NR)



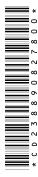


	Art. 3°	A Lei r	° 12.340	, de 1	° de	dezembro	de	2010,	passa	а
vigorar com as	seguint	es alter	ações:							

S c n	3º Independente da conclusão do procedimento descrito no 1º do <i>caput</i> , a União e os Estados, no âmbito de suas ompetências, apoiarão os Municípios na efetivação das nedidas previstas no §2º e nas providências a serem incluídas o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, em special a descrita no inciso VII do §7º.
	" (NR)
"/	Art. 8°
	 ações de prevenção, mitigação e preparação em áreas de sco de desastre; e
p o	 ações de resposta e de recuperação em áreas atingidas or desastres em entes federados com situação de emergência u estado de calamidade pública reconhecidos nos termos do rt. 3º desta Lei." (NR)
"/	Art. 9°
fu N q s a d	1º Os recursos do Funcap serão transferidos diretamente aos undos constituídos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos funicípios cujos objetos permitam a execução das ações a ue se refere o art. 8º, após o reconhecimento federal da ituação de emergência ou do estado de calamidade pública ou identificação da ação como necessária à prevenção de esastre, dispensada a celebração de convênio ou outros estrumentos jurídicos.
s	3º Observado o disposto no art. 1º-B, as transferências a que e refere o §1º observarão os critérios e os procedimentos revistos em regulamento
	" (NR)
1°	Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.





Deputado DORINALDO MALAFAIA Relator

2023-18531



